

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU

A TORRE E A GALÁXIA

Não deixa de ser surpreendente que, a nosso conhecimento, dos gramáticos quinhentistas ibéricos e dos seus imediatos sucessores que assumem a discussão epistemológica da linguagem, só João de Barros se tenha referido discursivamente aos dois mitos genesíacos de Adão e Babel, unidade e diversidade. O próprio Duarte Nunes de Leão e o seu par Bernardo José Aldrete omitem os dois problemas e iniciam a sua especulação linguística pela introdução das letras em Espanha e pela discussão de qual terá sido a primeira língua falada do espaço hispânico.

Qualquer que tenha sido —hebraico ou aramaico (a que chama caldeu, segundo a tradição isidoriana)— a «língua do paraíso», o problema da origem e da unidade original da linguagem implica a colocação da universalidade das línguas: a tese monogenética está, assim, à beira da falência. A tradição dos textos sagrados, através da leitura da *Vulgata*, transmitida e ampliada a partir de Isidoro de Sevilha, está patente no tópico da Torre de Babel, porque é nessa situação «babélica» que se encontram, vivem e lutam os Europeus lançados por esse Mundo (*Isidori Etymologiarum Lib. VII, VI, 22*).

É esta versão, a cada passo recriada, que, passando por Isidoro de Sevilha, é recolhida por Dante e passa a ser objecto duma análise cujos pressupostos nos parecem claramente racionalistas no dis-

curso extenso marcado por uma certa audácia crítica, de João de Barros.

Para João de Barros, os setenta e dois povos que participavam na edificação de Babel, sendo descendentes de Adão «segundo a carne», teriam herdado também a linguagem. Eis-nos então perante a surpreendente interpretação do humanista: «Herdámos as vozes e o seu pecado lhes trocou os significados».

Estes são os pressupostos ontológicos e epistemológicos sobre os quais se edifica uma ciência e uma filosofia da linguagem que, remontando às tradições greco-latina e judaico-cristã, atravessa a Idade Média, nobremente veiculada por Isidoro de Sevilha, à conquista dum espaço cognitivo e racional, e atinge o Renascimento, onde se assume como uma «desmitologização».

O discurso de João de Barros, o único dos gramáticos portugueses do século XVI que se demora dialecticamente sobre essa doutrina, merece reflexão: «Quéro dizer que, quando Deus, naquêla soberba obra, confundiu a linguágem, não foi inventárem-se em um instante setenta e um vocábulos diferentes em voz...: mas confundiu o entendimento a todos pera por este, *hómem*, uns entenderam *pêdra*, outros as diferentes cousas que se naquêla edificaçám tratávam... E assi ficáram todos com toda a linguágem em vocábulos e com páрте dos significados próprios...».

Desdobramento sem limites de uma mesma língua original, fragmentada, pulverizada na infinidade de línguas de uma infinidade de nações.

Ora, a sua explicação para o fenómeno da panglossia é inversa mas simétrica, porque apresentada como uma situação compensatória àquela que Babel desencadeara: os apóstolos e discípulos não passaram, diz, a falar a língua dos ouvintes mas, continuando a falar a sua própria língua, esta passou a funcionar como um código «panlinguístico», comum a falantes e a ouvintes, instrumento poderoso da comunicação pedagógica: posição, sem dúvida, parcialmente desmitologizante.

O audacioso relacionamento antitético de duas estruturas (Babel e Pentecostes), simultaneamente complementares e neutralizantes, aparece, que saibamos, fora do discurso teológico-filosófico, somente no discurso linguístico de João de Barros, no seu *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*. Segundo ele, se a língua original e divina,

em que o nome teria correspondido por necessidade à própria essência do objecto, se perdera em Babel, a ruptura operada será restaurada pela vinda salvífica do Paráclito e a iluminante descida das línguas de fogo (*Act.* 2, 1-13 «*Spiritus Sancti adventus super discipulos congregatos*»).

Pentecostes e Babel são, portanto, erigidos como polos contraditórios, em que a confusão babélica é neutralizada por uma ordem nova, dependente da instauração de um código comum ou de instrumentos capazes de restabelecer a comunicação.

É, portanto, significativo que se associe e coloque em continguidade antinómica a diversificação das línguas em Babel e a sua reunificação no Pentecostes.

Tocados, simbólica mas eficazmente (donde a eficácia transcendente do símbolo) pelas línguas de fogo, os missionários portugueses do Oriente e do Ocidente consideram-se os herdeiros dos Apóstolos que, no primeiro Pentecostes assumiram o encargo de levar pelo mundo a palavra de Cristo. É por isso que, entre outros o Padre António Araújo S.J., ao dar à estampa (1618) uma nova versão de um catecismo em «língua brasílica», afirma no «Prólogo ao leitor»: «Sendo missão da Companhia de Jesus a Evangelização, natural é que una das suas regras seja que os Padres da Companhia aprendam a lingua dos naturais da Terra ... Quam necessario pera a conversão seja este meyo, mostrou bem o Mestre e Autor dela Cristo quando antes de meter nas mãos de seus Apóstolos a execução della, lhes conçedeo primeiro o dom das lingoas». Dom ou milagre das línguas, laboriosamente construído e forjado segundo modelos e práticas.

Não se pretende fazer um inventário descritivo das obras que cobrem, no contexto descrito, a gramaticalização das línguas no século XVI. Analisarei, pois, em breves traços, apenas três que me parecem corresponder a três estratégias diferentes ou, melhor dizendo, a três práticas estratégicas.

A primeira, que o é também cronologicamente, é a gramática da língua malabar, manuscrito deteriorado, existente na BNL, com a cota 3141.

Não tem rosto e não comporta, por conseguinte, as consignações da data e do autor. Trata-se, porém, da *Arte da língua malabar em português*, do jesuíta Henrique Henriques.

Pode conjecturar-se, a partir de uma carta sua de Novembro de 1549, dirigida ao Padre Geral da Companhia, Ignacio de Loyola, que a *Arte* estava terminada e pronta para ser impressa. Terá continuado, no entanto a aperfeiçoá-la, nos anos seguintes, e a isso se refere ainda em 1566. Desconhece-se, pois, qual a versão correspondente ao manuscrito aqui referenciado. A estudiosa Jeanne H. Hein, porém atribui-lhe a data de 1548. Veja-se a esse propósito *Father Henriques Grammar of Spoken tamil, 1548* in «Indian Church History Review», Calcutta, vol. XI, nº 2, 1977 (Agosto), pp. 127-153.

Caminhando mais para Oriente, refira-se também a *Arte da Lingoa de Iapam composta pelo Padre João Rodrigues da Companhia de Jesu*, dividida em três livros, e impressa em Nagasaki, entre os anos de 1604 e 1608, «com licença do Ordinario e Superiores». Aliás, essa *Arte* repousa sobre manuscritos anteriores, opúsculos que circulavam entre missionários e missionados, de cuja existência há testemunhos documentais, e a que o próprio autor alude.

Ora, desde os léxicos e glossários rudimentares, passando pelo *Vocabulário japonês* do mesmo autor, um caminho imenso se percorreu, através de interacções e interfaces culturais. O maior e mais impressionante monumento da lexicografia das línguas exóticas é, certamente, o *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Iaponicum ex Ambrosii Calepini volumine depromptum: in quo omissis nominibus propriis tam locorum quam hominum ac quibusdam aliis minus usitatis, omnes vocabulorum significationes, elegantioresque dicendi modi apponuntur: in usum et gratiam Iaponicae inventutis, quae Latino idiomati operam navat, nec non Europeorum, qui Iaponicum sermonem addiscunt*. In Amacusa in Collegio Iaponico Societatis Iesu cum facultate Superiorum. Anno MDXCV.

Este *Dicionário* de 908 páginas a duas colunas, indica-se como baseado no famoso *Dictionum interpretamenta* (1502) de Ambrogio Calepino (Bérgamo c. 1440-1511) que durante muito tempo foi, por excelência, o modelo lexicográfico: *Calepino*, por antonomásia, significará dicionário. É, portanto no sentido, talvez, de legitimar a sua feição de acervo lexical, organizado alfabeticamente, que o título da presente obra consigna a anotação «ex Ambrosii Calepini volumine de promptum». Contudo, embora, que saibamos, uma

análise de pormenor jamais haja sido feita em torno desta obra espectacular, estamos em crer que a obra de Calepino se encontra muito distante ou constitui uma base diluída e transformada pelas exigências do momento e conjuntura. De qualquer modo, embora a edição não indique nenhum nome de autor, Charles Boxer («Padre João Rodriguez Tçuzu S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620», in *Boletim de Filologia*, XI, Lisboa, 1950, pp. 338-363) considera «virtualmente seguro que Rodriguez, como um dos melhores linguistas e intérprete oficial de Valignano, tenha participado na sua elaboração». Por outro lado, a nosso ver, uma obra de tal monumentalidade não poderia ter sido obra de um só: equipas de padres e irmãos, europeus e japoneses foram, certamente os coautores deste marco fundamental da linguística nipónica. Cite-se a síntese de Boxer: «This work was the first printed Dictionary of the Japanese language, since native scholars did not begin to study their own tongue scientifically until much later, and as such it is a landmark in Japanese lexicography». Acrescente-se que, até ao século XIX, pelo menos, todos os dicionários japoneses partiram deste extraordinário trabalho dos portugueses no Oriente. Anote-se ainda a presença do latim que, para além do português, vai permitir que os Europeus progridam no conhecimento da língua nipónica: «ut Europei qui operant in Iaponica lingua perdiscenda consumunt, in ea progredierentur...» («Ad lectorem»). Além deste Dicionário, que em 1632 originou o *Dictionarium sive Thesauri Linguae Iaponicae*, de Diego Collado, há ainda a assinalar, o *Vocabulário da Língua de Iapam*, de 1603, atribuível a João Rodrigues.

A extensão dos dizeres do rosto desta obra monumental, contém, em síntese, o que se afirma no prólogo «Ad lectorem» e que se nos afigura de extrema importância: coloca-se numa perspectiva de reciprocidade e polivalência de uso. Com efeito, o dicionário tem como destinatários os Japoneses, os Portugueses e os Europeus, cujo instrumento de acessibilidade continuava a ser o latim.

Gera-se, assim, um sentimento de similaridade e parentesco entre Europeus, a que o Padre João Rodrigues, autor da *Arte da Língua Japônica*, conhecida por *Arte Grande* e da *Arte Breve*, a que adiante nos referiremos, não é estranha. Assim, no «Prólogo» da *Arte Breve* afirma: «Os nossos Europeus que começam a aprender esta lingua Iapoa necessariamente logo no principio a ham de escrever e

pronunciar». E ainda: «E por quanto os nossos Padres e Irmãos *Europeus* que vem a Iapão sam de varias nações». O mesmo vem consignado no «Proemio» da *Arte Grande*: «Os Superiores... desejavam qse ordenasse a imprimisse hũa Arte pera com mays facilidade aprenderem a lingoa desta nação nossos Padres e Irmãos que *de Europa* e da India vem trabalhar nesta vinha do Senhor...».

Sublinhemos, no entanto, uma situação referencial que distingue a posição de princípio assumida no *Dictionarium* (em cujo rosto não se menciona nome algum de autor mas que, provavelmente, contou com a colaboração de João Rodrigues) e aquela de que dão conta as duas *Artes*, a Grande e a Breve. Com efeito, se, para a inteligência dos Europeus, o *Dictionarium* parte do latim, como instrumento comum, nas *Artes*, pelo contrário, como também acontece, aliás, na *Arte da Lingua malabar* de Henrique Henriques, é o português que vai assumir a função e o papel até então assumido pelo latim. Será então a língua obrigatória, quer como língua de chegada, quer, ainda, como língua intermediária. A partir de então, como sublinha Charles Boxer, entre outros, o português funcionava, em todo o Oriente, como língua franca e, não poucas vezes, como língua de cultura.

É, portanto, nesses séculos em que a Europa, nomeadamente a Europa do Norte se empenha na mesma empresa que fora hispânica e ibérica, que encontramos a língua portuguesa como último padrão e testemunho da comunicação transcontinental.

O homem português, intérprete, *Tzuçu*, como os japoneses cognominaram João Rodrigues, faz da sua língua a língua mediática e mediadora, propiciadora do diálogo e da comunicação, numa incessante transitividade em busca dos outros.

Diálogo que, proveniente e desencadeando a vocação interpretativa, é potenciado por uma dupla aprendizagem e um duplo ensinamento: Os Portugueses aprendem a língua dos Outros (e criam os instrumentos necessários), os Outros são também chamados à aprendizagem da língua portuguesa, num esquema de reciprocidade que se torna interacção e condição para um diálogo intercultural.

Através duma transmutação, o discurso que culmina no século XVI é um discurso aberto, de projectos por acabar e para acabar: infinitude que é afinal o caminho de metamorfose e de promoção

da Humanidade em busca de entendimento, partindo do grau zero de um primeiro encontro, procurado ou aleatório mas sempre incerto, em direcção às formas plenas e recíprocas do conhecimento.

Por condição e conjuntura, os homens desse tempo, haviam-se tornado particularmente sensíveis a esse facto que mobiliza a reflexão de sociólogos, antropólogos, filósofos e linguistas: a diversidade multiplicada das línguas. Segundo as palavras de George Steiner, «languages have been through human history, zones of silence to other men...». Confrontados pela primeira vez com essas zonas de silêncio, gramáticos que são, cumulativamente, missionários, marinheiros, mercadores, escrivães de bordo, soldados ou aventureiros, eles procuram e encontram naquilo que exemplarmente Walter Ong designou como tecnologização da palavra: intérpretes e tradutores, protagonistas da grande aventura da modernidade, em busca de Anti-Babel e da Galáxia das Línguas.